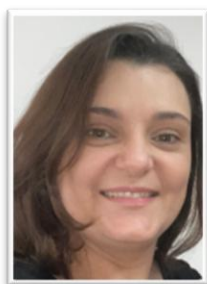
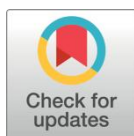


RDBCIRevista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Digital Journal of Library and Information Science

Correspondência dos autores

¹ Universidade de São Paulo
São Paulo, SP- Brasil
gdmaimone@usp.br

² Universidade de São Paulo
São Paulo, SP- Brasil
nicolebonassi@usp.br

A representação da informação iconográfica no acervo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo: uma proposta de organização

Giovana Deliberali Maimone¹ Nicole Bonassi de Oliveira²

RESUMO

Introdução: A maioria das fotografias e negativos que registraram o desenvolvimento arquitetônico e urbanístico de São Paulo compõem o acervo do Departamento do Patrimônio Histórico da cidade. No entanto, devido à antiguidade do acervo e à descontinuidade na salvaguarda da documentação, grande parte do material iconográfico carece de organização definitiva. **Objetivo:** Propõe-se um modelo de representação da informação iconográfica específico para o acervo de fotografias e negativos do Núcleo de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, considerando as características particulares e fundamentando-se na literatura existente.

Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com levantamento bibliográfico em bases de dados e análise documental *in loco*, além de apresentar exemplos com a aplicação do modelo de representação proposto. **Resultados:** O modelo desenvolvido baseia-se na elaboração de resumo informativo e na atribuição de palavras-chave que englobam o contexto fotográfico, a localização expressa na imagem e termos de assuntos arquitetônicos.

Conclusão: A utilização do resumo e das palavras-chave como ferramentas de representação da informação promove a padronização terminológica e facilita a recuperação da informação pelos usuários, contribuindo para a difusão da documentação iconográfica do acervo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE

Representação da informação. Patrimônio histórico. Documentação iconográfica.

The representation of iconographic information in the collection of the Department of Historical Heritage of São Paulo: a proposal for organization

ABSTRACT

Introduction: Most of the photographs and negatives that recorded the architectural and urban development of São Paulo make up the collection of the city's Department of Historical Heritage. However, due to the age of the collection and the discontinuity in safeguarding documentation, much of the iconographic material lacks definitive organization. **Objective:** A representation model of iconographic information specific to the collection of photographs and negatives of the Document Management Center of the Department of Historical Heritage of São Paulo is proposed, considering the particular

characteristics and based on existing literature. **Methodology:** The research adopts a qualitative approach, of an exploratory and descriptive nature, with a bibliographic survey in databases and in loco documentary analysis, in addition to presenting examples with the application of the proposed representation model. **Results:** The model developed is based on the preparation of an informative summary and the assignment of keywords that encompass the photographic context, the location expressed in the image, and terms of architectural subjects. **Conclusion:** The use of abstracts and keywords as information representation tools promotes terminological standardization and facilitates the retrieval of information by users, contributing to the dissemination of iconographic documentation from the collection of the Department of Historical Heritage of São Paulo.

KEYWORDS

Information representation. Historical heritage. Iconographic documentation.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores declaram a ausência de quaisquer aspectos que representem conflito de interesse em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceitualização, Curadoria de Dados, Investigação, Metodologia, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão & edição: MAIMONE, G. D.; OLIVEIRA, N. B. de.
- **Declaração de uso de IA:** As autoras declaram não terem usado ferramentas de IA.
- **Imagem:** Extraída da plataforma Lattes.

|2

JITA: ID. Knowledge representation
ODS: 10. Redução das desigualdades



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 17/10/2025 – Aceito em: 13/03/2026 – Publicado em: 30/03/2026

Editor: Gildenir Carolino Santos 

1 INTRODUÇÃO

Os saberes e conhecimentos humanos sempre foram passados de geração para geração, como ocorreu com a descoberta do fogo, da agricultura, produção de artefatos de caça, através de registros como, por exemplo, pinturas rupestres. Por muitos anos não existiu uma preocupação em preservar peças físicas e demais conhecimentos não palpáveis gerados pela humanidade, resultando na perda de parte da história e na não preservação do patrimônio de diversas comunidades. No Brasil, conforme Lemos (2006), a conscientização sobre o patrimônio e a sua importância na narrativa da história do povo não são assuntos recorrentes, embora tenham sido levantados ainda no século XVIII.

Séculos mais tarde, no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, intelectuais perceberam que na Europa muitas instituições culturais e edifícios históricos foram arruinados devido aos combates, surge uma preocupação no Brasil em salvaguardar a memória edificada, resultando nos projetos pioneiros de tombamentos, promovidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Em São Paulo o cenário não era diferente, uma vez que somavam-se as preocupações com as rápidas mudanças pelas quais a cidade passava, que significava a perda do patrimônio arquitetônico, com o contexto cultural efervescente, em que o Modernismo buscava se expressar e contagiar a todos com a riqueza da arte brasileira. Assim, as atividades de salvaguarda realizadas na cidade de São Paulo resultaram em massas documentais do patrimônio arquitetônico, sendo que boa parte se encontra hoje no acervo do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Com um número elevado de fotografias, negativos e ampliações, essa documentação encontra-se sem uma organização definitiva prejudicando as pesquisas que visam retomar o histórico da cidade e a sua compreensão ampla, principalmente através da visualização das imagens da época.

Haja vista que a documentação fotográfica do acervo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH) necessita repensar a representação informacional, esse artigo visa, como objetivo principal, propor um modelo de representação da informação iconográfica específico para o acervo de negativos e fotografias do DPH, entendendo as suas características particulares com o apoio da literatura existente.

Propor um modelo de representação da informação iconográfica para o acervo do Núcleo de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (NGD/DPH) se faz necessário pelo simbolismo que o acervo iconográfico carrega, dado que guarda consigo fotografias e negativos que representam uma época de ascensão da cidade de São Paulo, com diversas modificações econômicas, sociais e culturais, que foram o início da formação da metrópole existente atualmente.

O próprio DPH pode ser considerado um patrimônio da cidade de São Paulo, e merece que o seu rico acervo iconográfico seja representado e recuperado de forma objetiva. Além disso, em 2025 o DPH completa 50 anos de existência, e mesmo com meio século de vida, muitos municípios ainda não conhecem sua história, função social ou o acervo, reforçando mais uma vez a necessidade de haver mais visibilidade para este órgão e seus serviços.

2 O DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Toda a efervescência cultural que ocorria em São Paulo na primeira metade do século XX culminou na conscientização sobre a cultura brasileira e sua apropriação por parte do povo (Gomes, 2008), isto é, tornou-se claro entre os intelectuais que atuavam nos movimentos modernistas que a população deveria acessar mais a cultura, intenção que foi levada adiante por políticos da época e culminou na criação, em 1935, do Departamento de Cultura, com a idealização de Mário de Andrade, Paulo Duarte e outros intelectuais, que acreditavam que o departamento deveria desenvolver projetos em áreas socioculturais, educacionais e artísticas, além de promover o estudo e o inventário de características culturais paulistanas por meio de pesquisas e registros, divulgando também o material coletado (Alves; Daltério, 2006).

Com a criação do Departamento de Cultura e o incentivo pelo registro e divulgação de ações culturais e artísticas da cidade, as primeiras massas documentais fotográficas sobre a cidade começaram a ser produzidas, pois registravam as mudanças arquitetônicas pelas quais a capital paulistana passava. Esse fundo documental fotográfico identifica-se como um dos mais antigos a pertencer à atual Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, e foi amplamente tratado pelo fotógrafo Benedito Junqueira Duarte durante as suas atividades no Departamento de Cultura (São Paulo, 1992), contribuindo para uma guarda adequada das fotografias e preservando a memória da antiga São Paulo dos séculos XIX e XX.

Neste sentido, “a implantação do Departamento Municipal de Cultura abriu então novo espaço de atividades no campo do acesso aos bens culturais, à preservação da memória e incentivo à criação na cidade de São Paulo” (Gomes, 2008. p. 31), mostrando que a longo prazo as ideologias modernistas que marcaram a criação do departamento se fortaleceram e levaram melhorias à população, uma vez que essa teve a sua história e memória guardadas.

Em 1975 o Departamento de Cultura foi extinto e deu lugar à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. A Divisão de Iconografia e Museus, o Arquivo Histórico Municipal (AHM) e da Divisão de Preservação eram órgãos de divisão técnica subordinados à Secretaria Municipal de Cultura e igualmente subordinados, em segunda instância, ao também novo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH).

O patrimônio histórico, “[...] um assunto até há pouco sem interesse maior ao povo, que é esse tema ligado às construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas [...]” (Lemos, 2006, p. 7) ganhava, pela primeira vez, reconhecimento na cidade. O DPH dedicou-se ao desenvolvimento de “[...] trabalhos de referência no reconhecimento, preservação e divulgação dos valores de bens culturais materiais e imateriais, lançando mão dos instrumentos legais disponíveis e salvaguardando histórias, lugares e paisagens” (Oliveira *et.al*, 2021, p. 11).

Por essa razão, os trabalhos iniciais do DPH frisavam projetos e obras que preservavam os bens tombados municipais, a conservação de obras de arte e monumentos em logradouros públicos, o levantamento arqueológico na cidade, o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano (IGEPAC), a publicação de trabalhos técnicos e a revitalização de áreas e edifícios tombados (Oliveira *et.al*, 2021, p. 12).

Em decorrência da ativa atuação do DPH, em 1985 foi criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), que alterou algumas atividades da Divisão de Preservação do DPH, exigindo mais agilidade nas

respostas das resoluções de preservação de imóveis, uma vez que os trabalhos relacionados às intervenções de bens tombados, proteção de áreas envoltórias e bairros aumentaram exponencialmente, cabendo aos técnicos da Divisão de Preservação do DPH e do CONPRESP maior dedicação a esses processos (Oliveira *et.al*, 2021).

Em 2012, o Arquivo Histórico Municipal desmembrou-se do DPH durante a gestão da historiadora Liliane Schrank Lehmann, e passou a se chamar Departamento do Arquivo Histórico Municipal (Camargo, 2021). Já em 2018 houve o desmembramento da Divisão de Iconografia e Museus, tornando-se o Museu da Cidade, integrando agora o Departamento de Museus Municipais (DMU). Hoje o que se conhece por DPH, em 1975 era a Divisão de Preservação, a última das três divisões do DPH original, que herdou diversos itens dos acervos. Ressalta-se que outras fotografias foram geradas pela própria Divisão de Preservação, sendo provenientes dos levantamentos feitos aos bens tombados, pelo Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano (IGEPAC), na década de 1980.

Consolidado oficialmente em 2018, por meio do Decreto nº 58.207/2018, que dispõe sobre as mudanças estruturais da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo (SÃO PAULO, 2018), o Departamento do Patrimônio Histórico é formado pelos seguintes núcleos: Centro de Arqueologia de São Paulo (CASP), pela Divisão de Valorização do Patrimônio (DVP), que coordena o Núcleo de Gestão Documental (NGD) e o Núcleo de Difusão do Patrimônio (NDP), e pela Divisão de Preservação do Patrimônio (DPP), que é responsável pelo Núcleo de Projeto, Restauro e Conservação (NPRC), pelo Núcleo de Identificação e Tombamento (NIT) e pelo Núcleo de Monumentos e Obras Artísticas (NMOA) (DIVISÃO..., 2023).

A escolha do NGD para a aplicação do modelo de representação iconográfica deve-se ao fato de que é neste núcleo em que os registros históricos e toda a documentação gerada pelos demais núcleos estão preservadas e aguardam tratamento documental, enquanto juntos, os núcleos são responsáveis por acompanhar as intervenções em bens tombados, sejam públicos ou privados, avaliar e realizar pesquisas sobre os pedidos de reconhecimento de bens culturais da cidade, atuando ainda com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), orientar pesquisas arqueológicas, promover ações de valorização ao patrimônio, entre outros (CONHEÇA..., 2022).

Desse modo, relembrar a memória do espaço é como retornar à São Paulo antiga, dado que os munícipes são levados a conhecer as origens da cidade, contribuindo para uma tomada de consciência sobre o espaço que utilizam, e que já foi utilizado por muitos outros antes.

3 O NÚCLEO DE GESTÃO DOCUMENTAL E A ORGANIZAÇÃO DO ACERVO ICONOGRÁFICO

As mudanças políticas são constantes no cenário público, alterando a organização de departamentos, as equipes de trabalho e até mesmo o nome e estrutura das repartições, como ocorreu com o atual Núcleo de Gestão Documental (NGD), que originou-se como Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) em 2018, por meio do Decreto nº 58.207 de 24 de abril de 2018 (SÃO PAULO, 2018), mas teve a sua nomenclatura alterada pelo Decreto nº 62.652 de 9 de agosto de 2023 (SÃO PAULO, 2023), tornando-se então o Núcleo de Gestão Documental (NGD), subordinado à Divisão de Valorização do Patrimônio (DVP/DPH). Contudo, apesar das mudanças de nomes, o NGD, desde o seu surgimento, apresenta papel fundamental para o DPH, uma vez que é o núcleo responsável pelos acervos da instituição.

O NGD responsabiliza-se pelos acervos bibliográfico e arquivístico. “O acervo bibliográfico [...] foi formado aleatoriamente, com aquisições momentâneas [...] e advindas de leis de incentivo. Assim, observam-se nas estantes livros de fotografias, alguns de história, arquitetura, outros tantos de patrimônio histórico e cultural [...]” (Departamento..., 2017, p. 13), construindo uma teia temática variada que possibilita um olhar ampliado sobre o patrimônio.

O acervo arquivístico possui documentação que foi gerada ao longo das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultural, suas divisões e os corpos técnicos que atuaram durante as diversas gestões da Secretaria (Pavan; Mussupapo; Silva, 2021). Muitos documentos do acervo arquivístico são provenientes dos processos de tombamento e inventários de São Paulo, como no caso das fichas de inventário e as fotografias, que contam como diversas áreas da cidade foram estudadas e preservadas ao longo dos anos.

Documentos e fichas do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (IGEPAC), tanto do bairro Bela Vista quanto da Liberdade, por exemplo, estão presentes no acervo, assim como jornais, plantas arquitetônicas, estudos de tombamento e fotografias de espaços importantes, como do Teatro Municipal de São Paulo e do Mercado Velho de Santo Amaro.

Ademais, com a responsabilidade de cuidar dos acervos, o Núcleo de Gestão Documental possui como lema o conhecimento acessível e a cultura valorizada, bem como sua missão é “prover serviços informacionais de excelência aos cidadãos e aos profissionais do DPH respaldando, assim, a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade” (NÚCLEO..., 2024, *online*). Do mesmo modo, alguns de seus valores são a qualidade, o acesso à informação e a imparcialidade (NÚCLEO..., 2024, *online*), independente se o seu público for leigo ou especializado.

O Núcleo de Gestão Documental permite que os livros que compõem o acervo bibliográfico sejam recuperados através do Catálogo Online da Prefeitura Municipal de São Paulo, dado que desde 2018 o NGD integra o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo (SMBSP) (Pavan; Mussupapo; Silva, 2021). Porém, uma falha é que a mesma recuperação não pode ser feita com os documentos do arquivo, uma vez que as tipologias são diferentes e os metadados não são suficientes ou adequados pelo software de gerenciamento, do mesmo modo que o público que busca as informações no Catálogo Online de São Paulo é diferente daquele que busca informações especializadas no NGD.

Logo, compreende-se que os itens do acervo arquivístico, que inclui a documentação iconográfica (fotografias, negativos e ampliações) não estão adequadamente representados e não podem ser recuperados pelos arquitetos e técnicos do DPH, chamados de usuários internos. Algumas fotografias e negativos possuem uma planilha para recuperação interna – principalmente por parte das bibliotecárias – mas que não possui uma organização clara e intuitiva para a recuperação dos usuários internos, que muitas vezes desconhecem a existência desta ferramenta, prejudicando ainda mais as buscas.

Muitas das fichas e índices gerados ao longo dos anos para registrar os negativos encontram-se no arquivo do NGD/DPH, que devido a sua característica de proteção aos bens edificadas da cidade, organiza, intitula e também classifica os itens iconográficos através da **localização**, parâmetro norteador adotado durante a produção dos IGEPACs, uma vez que os inventários e os estudos de tombamento partiam de localizações centrais e específicas e

avançavam para as áreas periféricas da cidade, gerando fichas, desenhos, fotografias e outros documentos (SÃO PAULO, 1986). Assim, a maneira mais fácil de identificar a documentação no acervo é através de sua **localização**, isto é, bairro, endereço completo, edificação específica, vila etc.

As fotografias e negativos do NGD/DPH estão acondicionados em pastas suspensas, caixas de papelão e em pastas A/Z, muito semelhantes aos fichários, comportando mais de uma fotografia ou negativo por folha, sem que estes sofram ou sejam danificados. Todavia, como uma iniciativa de organizar e recuperar as fotografias, as fichas e índices que estão colados nas pastas A/Z e representam as fotografias do NGD foram transcritas para o ambiente virtual, fato que demonstra atitudes de conservação preventiva promovido pela equipe para que nenhuma informação fosse perdida com o tempo, já que acontecimentos deste tipo acometeram o acervo no passado.

Desse modo, uma planilha em Excel intitulada **Índice Ordem Alfabética** foi organizada, onde encontram-se planilhadas uma pequena parte das fotografias das Pastas A/Z, além de um índice geral que localiza as pastas-arquivo, esculturas, IGEPACs e periódicos. Por sua vez, a equipe técnica e arquitetos do DPH podem ter acesso ao índice entrando em contato com a biblioteca. Este processo ocorre quando o arquiteto do DPH entra em contato com as bibliotecárias, que enviam a última versão da planilha por email institucional, ficando salva no computador individual.

No entanto, os termos de busca usados na pesquisa dos usuários internos do DPH não são padronizados e nem seguem um vocabulário controlado, gerando a não recuperação de todos os documentos presentes no Índice. Nestes casos, os usuários, quando insatisfeitos com a busca, entram em contato novamente com as bibliotecárias e fornecem os termos que lhe são familiares, cabendo às bibliotecárias buscarem, a partir de remissivas e palavras-chave que elas conhecem, evidenciando que não há uma lista de termos controlados.

Para a melhor visualização da recuperação das fotografias por meio da planilha, bem como para situar o seu armazenamento físico, segue um exemplo de fluxo de solicitação, partindo-se de um arquiteto do DPH até o acesso à fotografia, conforme a atual organização e representação da informação permitem:

Quadro 1. Exemplo de consulta ao Índice do NGD/DPH

Situação: Um arquiteto do DPH precisa realizar um estudo sobre a área do Pátio do Colégio
Etapas 1: Esse arquiteto sabe que o acervo do NGD/DPH pode ter fotografias sobre o Pátio do Colégio, então solicita à bibliotecária a planilha, para realizar a busca.
Etapas 2: Em posse da planilha, o usuário inicia a busca acessando a aba “Fotografias_PastaAZ” e depois em “Localizar” realiza uma busca pelo termo/assunto “Pateo do Collegio”, nome grafado de acordo, inclusive, com o site oficial do complexo histórico, mas não encontra nenhum resultado.
Etapas 3: Após não encontrar nenhum resultado, o usuário resolve perguntar à bibliotecária se há fotografias sobre o “Pateo do Collegio”. A bibliotecária diz que sim e realiza o mesmo processo de busca, porém sabendo que as fotografias serão localizadas através da escrita “Pátio do Colégio”, e não “Pateo do Collegio”.
Etapas 4: O usuário é informado sobre essa variação de grafia e são recuperadas do índice três fotografias sobre a localização.
Etapas 5: As fotografias são retiradas de seu armazenamento físico e o usuário pode consultá-las na biblioteca, sendo permitido fotografá-la para outros usos.

Fonte: Produzido pelas autoras.

Descrição: Temos um quadro que nos mostra um arquiteto passando por cinco etapas de busca por fotografias do Pátio do Colégio, utilizando uma planilha digital e recorrendo ao conhecimento da bibliotecária.

Alguns tópicos tornam a atual planilha de organização das fotografias de difícil recuperação, como o risco de a planilha ser atualizada, o usuário desconhecer essa ação e não ter acesso aos novos documentos inseridos e organizados, uma vez que quando a planilha é salva no computador particular do usuário — e não em nuvem —, nenhuma nova atualização aparece.

Há ainda o risco de os usuários internos não saberem da existência da planilha, além de outros problemas, como a falta de: um controle de vocabulário para a inserção de coleções fotográficas, de remissivas entre negativos e ampliações, de filtros mais específicos de busca, e da contextualização sobre o local da fotografia.

Para isso, é preciso compreender os princípios que norteiam a representação da informação, para garantir que um modelo adequado seja produzido e permita que os usuários acessem com facilidade as fotografias do acervo do NGD/DPH.

4 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ALGUMAS METODOLOGIAS

Representação e Informação envolvem conceitos que carregam múltiplos significados, podendo ser interpretados de diversas maneiras, a depender de seu contexto de aplicação. Pensando nisso, explicita-se que a informação, para a finalidade deste artigo, entende-se como “[...] o conjunto de dados que permite extrair algum significado, podendo favorecer a obtenção de conhecimento” (Lima; Alvares, 2012, p. 24), independentemente de seu suporte documental, seja ele um documento textual ou imagético.

A definição de Representação pode ser concedida sob diversas perspectivas, incluindo a visão cultural. Segundo Hall (2016, p. 31, grifo do autor), “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura”, enquanto o ato de representar “[...] *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. Isto é, a linguagem é um veículo de representação comumente utilizado dentro de uma cultura, unindo os seus falantes por meio das interpretações das vivências que são comuns a todos. Uma comunidade ou grupo social, por exemplo, conecta todos os seus falantes através da linguagem, entendida como a representação escrita e falada do que é observado num contexto.

Por esse motivo, os estudos da Representação sob a ótica da cultura e sob as óticas documental e linguística estão próximos, dado que acreditam que a “[...] Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” (Hall, 2016, p. 31).

A representação proporcionada pela linguagem é apenas ilustrativa, uma vez que a palavra não substitui o objeto em si, mas apenas o representa, de modo mais intuitivo e rápido. Essa rapidez proporcionada pela representação é relevante para o tratamento documental, haja vista que as informações escritas e visuais, de livros e fotografias, por exemplo, precisam ser expressas em palavras e de maneira rápida para que o usuário interprete e receba o conteúdo de um determinado documento. Por isso, perante o estudo da Documentação, a representação “[...] é um conceito pré-teórico, associado, de um lado, à descrição de aspectos que identifiquem materialmente os documentos (catalogação) e, de outro, ao processo e ao produto da

condensação de conteúdos de textos [...]” (Kobashi, 1996, p. 11).

Semelhantemente, para a Ciência da Informação, a representação é o caminho que garante que o usuário tenha acesso às informações das quais necessita, sendo uma ponte entre este e o documento (Novellino, 1996). As teorias, métodos e instrumentos desenvolvidos pela Organização do Conhecimento se fortalecem com a interdisciplinaridade que envolve a área, consolidando a estruturação do conhecimento para que mais informações sejam representadas e recuperadas dentro de um sistema.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), do inglês *Knowledge Organization Systems* (KOS), possuem como finalidade gerar estruturas e esquemas para organizar dados, visando a recuperação, raciocínio e a descoberta de informações (Soergel, 2009), criando uma “[...] relação dialógica e interdisciplinar entre a Teoria da Classificação, a Análise Documentária, as Ciências Cognitivas, a Linguística, a Ciência da Computação e a Terminologia, por exemplo” (Albuquerque; Gaudêncio; Santos, 2019, p. 19).

Consequentemente, a representação da informação deve garantir a recuperação pelo usuário, seja por meio de listas de termos, referências bibliográficas, fichas catalográficas etc., tornando-se importante entender como o profissional da informação deve agir para representar um documento, pois o seu trabalho na identificação, seleção e tradução para uma linguagem documentária dos termos na entrada do sistema garante a satisfação e o sucesso da recuperação final pelo usuário interessado em Arquitetura.

4.1 A Representação da Informação Iconográfica

Em um mundo onde as imagens e vídeos curtos ganham cada vez mais notoriedade — até mesmo mais do que a própria leitura de textos — saber representar informações iconográficas em acervos e centros de documentação torna-se indispensável, principalmente quando o acervo em questão é especializado em temáticas que são ressaltadas e melhor visualizadas pela fotografia, como no caso do acervo do Núcleo de Gestão Documental, especializado em arquitetura e patrimônio histórico-cultural.

Contudo, antes de compreender como a representação da imagem pode ser feita, é preciso destacar que a fotografia surge por volta do século XIX, momento em que foi considerada um artefato raro, demorado e de difícil acesso, tornando-se mais difundida apenas no contexto da Revolução Industrial, acompanhando as mudanças econômicas e socio-culturais (Pedrosa; Hubner; Andretta, 2019). A partir de então, a fotografia passa a registrar cenários diversos, desde o retrato das famílias mais abastadas até o dia a dia do trabalho e a chegada e partida de pessoas em viagens.

Segundo Sontag (2004), a fotografia desenvolveu-se na mesma linha de crescimento do turismo, uma das novas atividades modernas que não pode ser realizada sem ser registrada. Ou seja, muitas das fotografias registradas em viagens, por exemplo, enaltecem a cultura e a arquitetura do local, registrando no tempo como as edificações e os costumes de uma comunidade se estruturam, possibilitando comparações e estudos caso essas fotografias sejam devidamente guardadas, identificadas e representadas.

Dessa maneira, observa-se que as fotografias, tanto aquelas geradas com o propósito de guardar a memória para futuros estudos, quanto aquelas tiradas no dia a dia, apenas para registrar um momento particular em família, por exemplo, são capazes de guardar em si um significado, pois carregam consigo uma mensagem que pode ser compartilhada. Essa

mensagem, ao invés de ser transmitida em palavras, é compartilhada por meio de signos visuais, podendo ser estudadas enquanto fotografia índice ou fotografia-ícone (Smit, 1996).

Para tanto, segundo Smit (1996), o conceito de fotografia-índice é mais promissor para os estudos da Documentação e Ciência da Informação ao se tratar da representação imagética, pois

afirma a existência de um documento, no qual o referente se faz muito presente, mas que não se confunde com este, como proposto pelo conceito da fotografia-Ícone. Isto quer dizer que a imagem fotográfica, por mais que mostre como a coisa foi [...] não é forçosamente igual ao objeto enfocado, justamente porque este foi selecionado (segmentando o espaço), enquadrado, iluminado, etc. (Smit, 1996, p. 30).

No entanto, quando se trata de imagens sendo representadas esse processo mostra-se mais dificultoso, pois é preciso representar a mensagem que a imagem quer passar, e não o objeto da imagem em si, ainda assim sem transmitir opiniões particulares ou induzir cenários fictícios, sendo necessário recorrer sempre ao contexto original da fotografia e a intenção de registro.

Ademais, para a realização da representação imagética é necessário notar que as fotografias carregam consigo informações provenientes da mensagem que a imagem quer passar — geralmente implícita e decifrável a partir do repertório e conhecimento do contexto por parte do profissional da informação — e também informações descritivas que a acompanham em alguns casos, como o nome do fotógrafo e a data de realização, por exemplo. Os dois grupos de informações devem gerar termos fiéis à imagem, dado que servirão para a recuperação feita pelos usuários.

Além disso, cabe ao profissional da informação reconhecer que o usuário que busca pelas fotografias enquanto objeto de estudo certamente conhece o espaço-tempo e o assunto que está buscando (Manini, 2002), sendo necessário estabelecer maneiras de recuperação que condizem com a sua expectativa, isto é, disponibilizando os metadados e termos mais adequados para o contexto do acervo e de busca do usuário. Igualmente, “a análise de fotografias prevê a transposição de elementos do código imagético para o verbal: parte-se da fotografia e o resultado é verbal [...]” (Manini, 2002, p. 50), exigindo que uma adequada análise imagética seja realizada. Para isso, metodologias de análise e representação da informação foram estruturadas e continuam em desenvolvimento para garantir uma recuperação mais assertiva por parte dos usuários. Segundo Manini (2002) e as pesquisas realizadas pela literatura da área, Dubois (1994), Panofsky (1991), Shatford (1986) e Smit (1987; 1996) contribuíram muito para o campo de estudo e inspiram as novas metodologias que se desenvolvem.

|10

4.2 Análise do Manual para Indexação de Documentos Fotográficos da Fundação Biblioteca Nacional

A Fundação Biblioteca Nacional (BN), principal órgão de referência para as bibliotecas brasileiras, já havia expressado sua preocupação com o tratamento de imagens em 1998, visto que a forma de representá-las é diferente da textual e o acervo imagético da instituição é de estimada importância para a nação (Alves; Valério, 1988). Dessa maneira, neste mesmo ano, foi publicado pela Divisão de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional o Manual para Indexação de Documentos Fotográficos, produzido por bibliotecários com o

objetivo de apresentar ao público como o tratamento da documentação fotográfica era realizado pela instituição (Alves; Valério, 1988).

O manual torna claro que o seu objetivo não é ensinar a indexação, mas sim “[...] direcionar a visão do indexador para o ponto de vista da instituição, que se baseia no tipo de acervo que possui, no tipo de usuário diversificado que atende e nas suas características de biblioteca nacional” (Alves; Valério, 1988, p. 7). Tal colocação relembra que a sugestão de uma representação da informação para um acervo deve levar em consideração o objetivo da instituição, o público que irá recuperá-la e qual a informação a ser compartilhada, especialmente em casos de documentos iconográficos, pois uma mesma fotografia pode expressar informações diferentes a depender de seu contexto.

Do mesmo modo, segundo o Manual para Indexação de Documentos Fotográficos (1998), o tratamento fotográfico deve ser precedido por pesquisas, para que o contexto fotográfico seja compreendido e posteriormente representado. Para isso, podem ser empregadas perguntas norteadoras, como quem é o fotógrafo, quando, onde, quem ou o que foi fotografado, sendo que ao descobrir o autor da fotografia outras informações, como o local e a data, podem ser desvendadas na sequência, uma vez que se sabe que a maior parte do acervo fotográfico da Fundação é do século XIX (Alves; Valério, 1988). Em outros acervos, tais deduções e aproximações para obter uma informação devem ser feitas com cuidado e embasadas em fontes sólidas, evitando que informações equivocadas sejam tomadas como verdades e aplicadas à representação.

Observa-se ainda que as duas primeiras coleções fotográficas da Biblioteca Nacional focam em evidenciar paisagens brasileiras, personalidades e acontecimentos históricos, sempre mencionando o nome de ruas, planos de visualização das imagens – isto é, se um prédio está ao fundo ou em primeiro plano, por exemplo – pontos de referência e os nomes antigo e atual das edificações e ruas devem constar da descrição da fotografia. Esse modelo de descrição assemelha-se ao ideal a ser aplicado nas fotografias do Núcleo de Gestão Documental do DPH, uma vez que as paisagens e elementos arquitetônicos são o foco de busca dos usuários. Veja um exemplo de descrição fotográfica retirado do Manual para Indexação da Biblioteca Nacional:

Quadro 2. Descrição fotográfica da Fundação Biblioteca Nacional

[Palacete Leopoldina, Rio de Janeiro, RJ, entre 1865 e 1880] / Sthal & Wahnschaffe. 1 foto : papel aluminado, p&b ; 21 x 26 cm.

Resumo: residência do Duque de Saxe na rua do mesmo nome, antiga Rua D. Januária, atual General Canabarro no Engenho Velho, hoje Tijuca. Foi de 1908 a 1911 patrimônio do Orfanato Osório, quando passou a ser Escola Superior de Agricultura, depois sede da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Depois de demolido, em seu lugar foi construído o prédio que passou a abrigar a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca.

1. Castelos e palácios - Brasil - Rio de Janeiro (RJ). 2. Cópia fotográfica aluminada. I. Sthal & Wahnschaffe.



Fonte: Adaptado de Alves e Valério (1988, p. 15-16).

Descrição: Temos um quadro que nos mostra um resumo da residência do Duque de Sax, na Tijuca, seguido por palavras-chave e uma imagem do elegante palacete de dois andares rodeado por árvores e com uma formação montanhosa ao fundo.

|12

O resumo, resultado da pesquisa realizada por bibliotecários e historiadores, é mantido na representação da imagem, permitindo que os usuários acessem as palavras-chave e conheçam melhor o contexto da fotografia, bem como possibilita a criação de conexões entre as informações de diferentes períodos históricos. Por isso, o Manual de Indexação da BN (1988) também separa um capítulo em que orientações são passadas para que ocorrências comuns à fotografia sejam devidamente registradas, como por exemplo o estabelecimento de um assunto tópico para cada edifício em específico, isto é, chamar uma casa de casa, uma escola de escola e uma igreja de igreja, seguida de seu nome mais atual e uma nota, caso anteriormente o edifício tenha tido outro nome ou ocupação.

Outros exemplos sugerem ainda que, se em uma fotografia de vista geral houver alguma edificação ou acidente geográfico em primeiro plano, essa edificação deve ter o seu termo geral utilizado como termo principal para a recuperação, sendo acompanhado por um resumo para que mais informações sobre aquela imagem sejam expostas, garantindo também a recuperação por assuntos secundários (Alves; Valério, 1988).

Semelhantermente, faz-se importante recordar que “as fotos mostram as pessoas incontestavelmente presentes num lugar e numa época específica de suas vidas; agrupam pessoas e coisas que, um instante depois, se dispersaram, mudaram [...]” (Sontag, 2004, p. 43-44) analisando o quão necessária é a preservação da memória através das fotografias,

especialmente quando a imagem a ser preservada é a de uma cidade, de um núcleo urbano que passa rapidamente por transformações, como ocorre com as grandes cidades.

4.3 Análise da metodologia de Erwin Panofsky

Em suas investigações, Panofsky pesquisa sobre a Iconografia, definida por ser “[...] o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma” (Panofsky, 1991, p. 47), e inicia destacando que todos os objetos e fatos da sociedade provocam ações em cada um, gerando interpretações que são motivadas pelos contextos coletivos e de cada um.

Neste sentido, as obras de arte também podem ser lidas e influenciadas pelos contextos, gerando interpretações e significados que, segundo Panofsky (1991), podem ser de três tipos: tema primário ou natural, que se subdivide em fatural e expressional, que consiste na compreensão sobre as formas puras, enxergando-as como elas são. Isto é, se em uma imagem há um quadrado, este será lido apenas como um quadrado, sem interpretações avançadas. Esse nível de interpretação é o pré-iconográfico. Na sequência há o tema secundário ou convencional, que consiste na compreensão sobre o que os conjuntos de signos da imagem desejam representar. Por exemplo, Panofsky (1991, p. 50) indica que “[...] uma figura masculina com uma faca representa São Bartolomeu, [e] que uma figura feminina com um pêssego na mão é a personificação da veracidade [...]”, indicando que o artista, ao unir tais símbolos, intenciona indicar uma nova imagem, que será interpretada dentro de um contexto. Este nível é chamado de iconográfico.

O terceiro significado é chamado de intrínseco ou conteúdo, podendo ser entendido como a interpretação da imagem feita pelo receptor com base em seu repertório cultural, referências culturais, sociais, religiosas, filosóficas e de qualquer outra natureza. Neste nível, chamado de iconológico (Panofsky, 1991), o receptor pode ler a obra de arte de maneira completamente diferente da proposta pelo autor, pois dependerá, justamente, das referências de seu repertório.

Os níveis pré-iconográfico, iconográfico e iconológico são níveis de interpretação que exigem dos receptores uma contextualização prévia sobre as imagens que irão analisar, uma vez que o nível iconológico, principalmente, fornece abrangência de interpretações sobre a imagem, atividade que deve ser realizada com cuidado, pois análises equivocadas podem ser feitas e transmitidas aos usuários. Ressalta-se ainda que, segundo a metodologia de Panofsky (1991), as imagens são interpretadas de maneira mais subjetiva e abstrata, explicitando a mensagem que a imagem quer passar, recuperando, para isso, termos mais abstratos.

Manini (2002, p. 74), citando Panofsky (1991) e Shatford (1986), destaca que:

Shatford parte da categorização de Panofsky (níveis pré-iconográfico, iconográfico e iconológico) para desenvolver suas considerações a respeito do DE e do SOBRE. Ela os distingue da seguinte maneira: uma análise iconográfica possibilita que se identifique especialmente DE que é uma imagem, mas também torna possível a percepção de alegorias, personificações e símbolos para analisar SOBRE o que é uma imagem.

Assim, evidenciando brevemente a principal ideia da metodologia de Sara Shatford (1986), em comparação à metodologia de Panofsky (1991), identifica-se que a imagem representa algo, mas pode ser lida de outra forma, pois o DE e o SOBRE na imagem podem

expressar significados diferentes, sendo o DE mais concreto e o SOBRE mais abstrato (Maimone; Gracioso, 2007).

Em acervos históricos e que salvaguardam a memória, disponibilizar tais interpretações sobre o tema e o contexto das imagens auxiliam o usuário a compreender melhor o contexto histórico e a época em que a fotografia está inserida, cabendo ao profissional da informação o papel de filtrar os temas das imagens e representá-los em termos, destacando tanto os significados iconográficos quanto os iconológicos.

4.4 *Análise da metodologia de Johanna Smit*

Em *A Representação da Imagem* (1996, p. 29), Smit delimita o seu estudo à imagem fotográfica, mencionando que a sua análise não pode ser realizada como a análise de textos, pois “o estatuto da imagem fotográfica distingue-a do texto [e porque] a utilização da imagem fotográfica (e da imagem em geral) não se baliza unicamente por seu conteúdo informacional, mas também por sua expressão fotográfica”, sendo necessário extrair da imagem mais do que ela exhibe, destacando o momento de construção, contexto, objetivo ao ser tirada e como ela pode ser utilizada atualmente.

Dessa maneira, Smit (1996) relembra que Dubois (1994) observa a imagem a partir de seu uso, distinguindo três percepções sobre ela: a fotografia como espelho do real, como transformação do real e como traço do real. A fotografia enquanto espelho do real, também nomeada fotografia-ícone, objetiva indicar a realidade, transmitindo ao receptor exatamente aquilo que foi retratado, como se a imagem fosse o próprio objeto em frente ao receptor (Dubois, 1994 *apud* Smit, 1996).

Já a fotografia como transformação do real mostra-se como uma segunda fase de análise das imagens fotográficas, pois neste momento as imagens não são mais vistas como idênticas ao real, passando a serem vistas como “[...] uma realidade relativizada pela codificação cultural e ideológica. Nesta acepção, a imagem fotográfica é assimilada ao **símbolo** peirceano” (Smit, 1996, p. 29, grifo da autora). Logo, a imagem simboliza uma ação e um contexto, representando uma ocorrência que pode sofrer com interpretações provenientes do repertório de cada um, como já havia sido amplamente discutido no nível iconológico de Panofsky (1991).

A terceira percepção é a de fotografia como traço do real, ou fotografia-índice, que se relaciona tanto com o seu referente quanto com a relatividade cultural da imagem, sendo essa percepção a mais adequada ao dar início a uma análise de imagens, conforme Smit (1996), porque a imagem carrega a interpretação que quer passar ao receptor e, também, permite que este receptor a interprete como documento, retratando que ela não é o objeto exibido, mas sim apenas a sua representação.

Neste sentido, explicita-se que a representação de imagens requer análises de diversos aspectos, como da transparência, da transcodificação, das informações técnicas e da interpretação, chamadas de Condições de Análise (Smit, 1987), pois diferente de um texto, a imagem muitas vezes não será recuperada pelo título e autor, mas sim pelo seu contexto e assuntos concretos e subjetivos.

A imagem fotográfica deveria idealmente ser representada através de termos que são capazes de expressar tanto o seu contexto de produção, como o objetivo pelo qual foi realizada, assim como o que a imagem em si exhibe e também as características técnicas que a circundam,

como o tipo de papel fotográfico, dado que “no caso das fotografias, estes detalhes ‘técnicos’, referentes à produção do documento, mudam muita coisa e, portanto, devem ser, necessariamente, mencionados na análise” (Smit, 1987, p. 104).

Portanto, segundo Smit (1987), levando em consideração as Condições de Análise, recomenda-se ao profissional da informação que a análise de imagens não seja muito específica e que a recuperação possa oferecer no máximo 30 imagens do grupo fotográfico solicitado pelo usuário, para que este possa analisar quais as imagens que mais correspondem com a sua busca sem sobrecarregá-lo. Para isso, realizar a representação com base nas perguntas QUEM, ONDE, QUANDO, COMO e PORQUÊ torna-se prático e atende às solicitações dos usuários, guiando uma representação mais objetiva, sem excessos e omissões.

4.5 Análise da metodologia de Nair Kobashi

Segundo Kobashi (1997, p. 201), “concebe-se a elaboração de resumos como uma operação que consiste em tratar textos: seleciona-se dos mesmos as informações consideradas essenciais, tendo em vista a produção de um novo texto condensado [...]”. Porém, os resumos podem ser utilizados para representar muito mais que textos, podendo representar também as imagens, dado que a seleção das informações que irão compor o resumo também pode ser aplicada sobre as mensagens compartilhadas implicitamente pelas imagens.

Os resumos podem ser elaborados sobre os documentos textuais e iconográficos, sempre considerando as informações linguísticas que são compartilhadas explicitamente, através das palavras do texto, ou implicitamente, requerendo que perguntas sejam aplicadas às imagens para que sejam extraídos termos para a representação. Dessa maneira, Kobashi (1997) propõe como resultado de um produto documentário dois tipos de resumos: o resumo informativo e o resumo indicativo.

Os resumos propostos são estruturados partindo-se do “[...] princípio elementar de que a seleção de dados deve ser antecedida pela compreensão do texto e identificação e hierarquização de informações textuais [...]” (Kobashi, 1997, p. 206), ou seja, é preciso ler o documento e extrair deste as informações mais relevantes e que supram as necessidades informacionais imediatas do usuário, sempre elencando os dados mais significativos da superestrutura do texto ou da imagem original para o contexto de busca.

Assim, o resumo informativo descrito por Kobashi (1997) é estruturado com base em todos os elementos importantes do texto ou da imagem, porém de maneira condensada e direcionada, havendo destaque para o tema, o problema, hipóteses, metodologias, causas e soluções. Por sua vez, o resumo indicativo dará destaque para o tema, problemas, causas e soluções, mostrando-se mais específico.

Ademais, o resumo mostra-se como uma ferramenta de representação que não descaracteriza as informações compartilhadas pelo texto ou imagem originais, pois “[...] a condensação pertinente requer procedimentos de coleta de dados subsidiados por mecanismos de **identificação da informação** e sua **integração em blocos**, categorizáveis segundo suas **funções** no texto” (Kobashi, 1997, p. 208, grifo da autora). Desse modo, o resumo informativo torna-se uma ótima estrutura para a representação iconográfica, porque exige uma prévia leitura da imagem, extraindo seus elementos mais importantes e preservando a mensagem e o contexto explorados pelo fotógrafo.

5 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo geral de proposição de um modelo de representação da informação iconográfica para o acervo do Núcleo de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico (NGD/DPH), esta pesquisa utilizou metodologia qualitativa de caráter exploratório e descritivo, realizando levantamentos bibliográficos nas seguintes bases de dados: BRAPCI, SCIELO e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Neste sentido, alguns títulos que tratam de metodologias de representação da informação, como o Manual para Indexação de Documentos Iconográficos da Biblioteca Nacional (Alves; Valério, 1988), Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários (Manini, 2002), A Representação da Imagem (Smit, 1996), Resumos documentários: uma proposta metodológica (Kobashi, 1997) e Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas (Maimone; Gracioso, 2007) são referenciais básicos e essenciais para a produção do modelo de representação iconográfica do acervo do Núcleo de Gestão Documental (NGD).

Há também a pesquisa documental realizada *in loco*, em que documentos produzidos pelo DPH ao longo dos anos foram consultados e serviram de base para a realização desta pesquisa. Os documentos foram consultados digitalmente no sistema interno de arquivos do DPH e com autorização prévia das gestoras do NGD. Ainda assim, para complementar o cenário metodológico deste trabalho, duas bibliotecárias responsáveis pelo acervo do NGD auxiliaram respondendo algumas questões informalmente que permitiram montar a metodologia com base nas percepções de ambas, além das extraídas da pesquisa documental realizada no DPH.

Ademais, para esse trabalho foram consideradas como documentação iconográfica apenas os negativos e fotografias físicas do acervo, dado que estas estão armazenadas localmente no NGD e já são recuperadas por meios eletrônicos. De maneira ampla, foram analisadas fotografias de diversos períodos, como as provenientes do final do século XIX e anos 1980, 1990 e início dos anos 2000, para que o cenário geral do acervo fosse contemplado, uma vez que iniciar a organização da representação pelos documentos fotográficos mostra-se como um ponto de partida para a representação das demais tipologias documentais do acervo, colaborando com as expectativas organizacionais das bibliotecárias. Alguns ensaios com a metodologia proposta foram realizados a fim de apresentar os possíveis resultados, abaixo expostos. O modelo é referente à arquitetura da cidade de São Paulo, mas pode servir de inspiração para outros acervos de metrópoles brasileiras.

6 RESULTADOS

O modelo de representação da informação proposto pauta-se nas colocações de Kobashi (1997) e estrutura-se em um resumo. A demonstração da aplicabilidade na documentação iconográfica do Núcleo de Gestão de Documentação foi feita sobre os negativos, fotografias e revelações acondicionados nas Pastas A/Z, que guardam imagens provenientes dos inventários da cidade de São Paulo, realizados entre os anos de 1980 e 1990.

Como proposto pelas metodologias de Smit (1996) e pelo Manual para Indexação de Documentos Fotográficos (1998), uma prévia contextualização sobre as imagens foi realizada, recuperando-se diversas informações descritivas que foram organizadas junto ao resumo em uma planilha intitulada **Representação da Informação para Registros Fotográficos**, salva

em *Microsoft Excel*, com acesso pela nuvem. As informações descritivas recuperadas foram fundamentais para auxiliar na representação **temática** da documentação, conforme expressa o Quadro 3.

Quadro 3. Metadados descritivos da planilha Representação da Informação para Registros Fotográficos

CÓDIGO • Código de referência - Nome do IGEPAC/inventário ao qual os negativos pertencem. EX: IGEPAC Anhangabaú • Tombo - Código alfanumérico crescente que singulariza cada negativo. EX: NEG00015 • Nível de descrição - Seguindo a NOBRADE, todo IGEPAC terá o seu nível de descrição chamado dossiê ou processo, e cada um dos negativos será um item documental
IDENTIFICAÇÃO • Título principal - O título principal deve ser o primeiro endereço a que o negativo se refere. EX: Rua Brigadeiro Tobias, 111 • Título secundário - O título secundário deve ser o nome como o endereço da imagem pode ser conhecido ou chamado. EX: Hotel Broadway • Bairro/mancha/região - Em complemento ao IGEPAC, o bairro, a mancha e a região inventariadas devem ser mencionados. EX: Anhangabaú/Centro Histórico (sendo que o IGEPAC é do Anhangabaú) • SQL - Números de identificação de Setor, Quadra e Lote a que pertence o endereço do negativo retratado. EX: 088.036.0043-4 (SQL de uma única edificação)
DATAS LIMITE Data inicial - Data com dia, mês e ano, ou só ano, em que a fotografia foi tirada ou deu-se início ao processo de fotografias para o inventário. EX: 02/08/1990 Data final - Data com dia, mês e ano, ou só ano, em que a fotografia ou o processo de produção de fotografias para o inventário foi finalizado. EX: 20/08/1990
LOCALIZAÇÃO FÍSICA • Número do armário - Número do armário onde os negativos serão fisicamente armazenados. EX: armário 0001 • Referência da pasta - Nome que já consta na Pasta A/Z de negativos. EX: Pasta A/Z Diversos I • Código da pasta suspensa - Código da pasta-arquivo que receberá os negativos, sendo esta guardada dentro do armário. EX: Pasta 0001 • Localização do negativo na folha - Os negativos estão armazenados na Pasta A/Z por folhas numeradas, tiras e frames (1 negativo), cujos números devem ser mencionados. EX: Folha 12/Tira 4/frame 3
CONTEÚDO E ESTRUTURA • Descrição física/Dimensão e suporte - Seguindo uma padronização estabelecida, a descrição física sempre será "1 negativo" • DGM - Seguindo o AACR2, a Designação Geral do Material sempre será chamada de Registro fotográfico • Indicação de responsabilidade - Nome, ou os nomes, dos operadores da câmera. EX: Rita • Tipo de coleção (título da coleção) - Nome da coleção da qual os negativos fazem parte, sendo sempre um IGEPAC • Técnica - Deve indicar o filme, o aparelho e a objetiva fotográfica associada ao negativo. EX: Filme: AGFA PAN; Aparelho: Yashica ME-1; Objetiva: ASA 100

CONTEXTUALIZAÇÃO

- **Resumo/descrição da imagem** – Este tópico recebe o resumo proposto, cuja estrutura está nos Quadros 4 e 5
- **Referências/procedência** - Fontes de informação utilizadas para a inserção dos dados na planilha, sendo estas geralmente retiradas da própria Pasta A/Z. Utilizar a frase "Informação proveniente do inventário de documentação fotográfica produzido pela Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa da antiga Divisão de Preservação do DPH"
- **Notas** - Informações adicionais necessárias para esclarecer os demais campos do registro e o negativo. EX: A antiga Mansão dos Matarazzo localizava-se onde hoje é a Avenida Paulista, 1230, Bela Vista

Fonte: Produzido pelas autoras.

Descrição: Temos um quadro que nos mostra seis metadados descritivos, cada um em uma linha da Planilha Representação da Informação para Registros Fotográficos, especificando suas atribuições e utilizações.

Por sua vez, o resumo deve ser estruturado preocupando-se em responder **quem, onde, quando, como e por que** (Smit, 1987), enfatizando principalmente a **localização** representada na imagem, uma vez que o público que acessa o acervo do NGD é composto por arquitetos que buscam as informações através de endereços, bairros, ruas e áreas envoltórias.

Além disso, o resumo deve ser produzido de maneira breve, compartilhando termos usuais da terminologia arquitetônica, visando a recuperação por parte do público especializado, bem como deve sempre seguir uma padronização dos termos utilizados, para que uma lista controlada de assuntos comece a se formar e, futuramente, se inicie a organização de um vocabulário controlado. O resumo deve ainda ser seguido pela imagem digitalizada e palavras-chave das iconografias representadas.

Ressalta-se que uma representação acondicionada em uma planilha se mostra acessível ao contexto do NGD/DPH, uma vez que a compra de um novo software de gerenciamento de acervos não caberia no orçamento do departamento. No entanto, a planilha deve ser compartilhada com todos os funcionários do DPH, mas deve ser alimentada apenas por bibliotecários ou estagiários de Biblioteconomia sob supervisão, devido as complexas fases da representação da informação.

|18

Quadro 4. Resumo do negativo Edifício Martinelli

Edifício Martinelli, de estilo arquitetônico eclético e clássico, estruturado em concreto armado e alvenaria de tijolos, localiza-se entre as ruas Líbero Badaró, rua São Bento e Avenida São João, no Centro Histórico de São Paulo. A fotografia de 1990, tirada da rua Líbero Badaró, evidencia os andares superiores daquele que foi o mais alto arranha-céu da cidade, possuindo atualmente a sua volumetria e fachadas tombadas.



1. Arquitetura Eclética
2. Arquitetura Clássica
3. Edifício histórico
4. Edifício Martinelli
5. Centro Histórico de São Paulo

Fonte: Texto produzido pelas autoras e imagem do Núcleo de Gestão Documental.

Descrição: Temos um quadro que nos mostra um breve resumo de seis linhas sobre o Edifício Martinelli, cuja arquitetura é eclética e clássica, e que está localizado no Centro Histórico de São Paulo. Após o resumo, sucede a imagem da fachada do edifício, seguida por cinco palavras-chave.

Quadro 5. Resumo da fotografia Edifício Sampaio Moreira

Edifício Sampaio Moreira, de estilo arquitetônico eclético, localizado na atual Rua Líbero Badaró, nº 346, Centro Histórico de São Paulo, sendo fotografado à distância, evidenciando os doze andares e o caramanchão no terraço do edifício. Representando a arquitetura eclética presente na cidade de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, marcou época por ser o primeiro edifício de grande porte da cidade. Hoje o prédio abriga a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo e é tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de São Paulo (CONPRESP).



1. Arquitetura Eclética
2. Edifício histórico
3. Caramanchão
4. Sampaio Moreira
5. Anhangabaú

Fonte: Texto produzido pelas autoras e imagem do Núcleo de Gestão Documental.

Descrição: Temos um quadro que nos mostra um breve resumo de sete linhas sobre o Edifício Sampaio Moreira, de arquitetura eclética, localizado na Rua Líbero Badaró. Após o resumo, segue a foto do edifício, seguida por cinco palavras-chave.

Com a representação das imagens dos negativos, contatos e fotografias, observa-se que tais suportes documentais sempre terão edificações e endereços como elementos norteadores da produção do resumo temático, pois ao tratar-se de um acervo sobre o inventário da cidade de São Paulo — com destaque para a maior parte das fotografias terem sido feitas no centro da cidade —, as edificações e as ruas que a cercam sempre estão presentes nas imagens. Da mesma maneira, é preciso descrever os demais elementos que compõem a imagem de maneira sucinta para complementar as informações arquitetônicas que guiam o pesquisador pela análise das fotografias, auxiliando também na diferenciação e escolha adequada destas, conforme intenciona o usuário.

7 CONCLUSÃO

A fim de propor um modelo de representação da informação iconográfica para o acervo do Núcleo de Gestão Documental (NGD), do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), estruturado a partir das metodologias já existentes na área da Ciência da Informação, como os estudos de Erwin Panofsky (1991), Johanna Smit (1987; 1996), Miriam Manini (2002), Sara Shatford (1986), Nair Kobashi (1997) e o Manual para Indexação de Documentos Fotográficos, da Fundação Biblioteca Nacional (1988), este artigo utilizou-se de metodologia qualitativa de caráter descritivo e exploratório, em que foram realizadas pesquisas em bases de dados científicas e na própria documentação disponibilizada pelo NGD/DPH.

O modelo de representação da informação iconográfica foi formulado pensando na recuperação pelos usuários que têm afinidade com a Arquitetura, pois trata-se de um resumo informativo que destaca os elementos arquitetônicos e a **localização** exibida nas fotografias. O resumo, que será armazenado na planilha **Representação da Informação para Registros Fotográficos**, salva em nuvem, pode ser disponibilizado ao público e deve ser produzido pelo profissional da informação que conhece o contexto das fotografias, sendo que este deve possuir noções sobre a arquitetura, destacando termos que possam ser mais buscados.

Optou-se pela utilização do resumo e das palavras-chave como ferramentas/produtos de representação da informação de imagens porque o suporte de armazenamento é uma planilha de baixo investimento, devido às limitações financeiras e contratuais enfrentadas pelo NDG/DPH. Ao ‘traduzir’ as imagens em palavras, um banco de termos começa a ser formado, incentivando a futura criação de um vocabulário controlado. Ainda assim, a utilização da planilha organiza digitalmente o registro da documentação fotográfica e permite que os dados sejam facilmente migrados para um sistema, que poderá ser contratado pelo NGD/DPH futuramente.

Por conseguinte, devem ser realizados mais estudos voltados para a documentação do Núcleo de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, visto que o acervo salvaguarda a memória da cidade e as suas transformações, levando até as gerações futuras as imagens que registraram e comprovam a luta pela preservação da arquitetura e patrimônio histórico de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; GAUDÊNCIO, Sale Mário; SANTOS, Raimunda Fernanda dos. Reflexões Teóricas em Representação da Informação. In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; MARTINS, Grace Kelli; MOTA, Danysson Axel Ribeiro (org.). **Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções teórico-sociais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. 208 p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tLCU>. Acesso em: 14 set. 2025.

ALVES, Mônica Carneiro; VALERIO, Sérgio Apelian. **Manual para indexação de documentos fotográficos**. Rio de Janeiro: Departamento de processos técnicos - Biblioteca Nacional, 1988. 41 p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ywAu>. Acesso em: 15 set. 2025.

CAMARGO, Luís Soares de. O Arquivo Histórico Municipal e o DPH. 45 anos do DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo 1975-2020. **Revista do Arquivo Municipal/Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, v.207, p.1-353, 2021.

CONHEÇA O DPH - **Departamento do Patrimônio Histórico**. Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/EndF>. Acesso em: 5 maio. 2024.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Biblioteca, Arquivo e Sistema de Gestão. São Paulo: Núcleo de Documentação e Pesquisa, 2017. 20 p.

DIVISÃO de VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO - DVP. (2023). Relatório anual de trabalho 2023.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1994. (Ofício de arte e forma).

GOMES, Denise Pedroso. **O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938)**: políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10661>. Acesso em: 5 mar. 2024.

HALL, Stuart. O papel da representação. In: HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016, p. 31-53.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise Documentária e Representação da Informação. **INFORMARE** - Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v.2, n. 2. p. 5-27, jul/dez. 1996.

KOBASHI, Nair Yumiko. Resumos documentários: uma proposta metodológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 201-210, 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46172>. Acesso em: 16 set. 2025.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento. **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, v. 248, p. 21-48, 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/CTYn>. Acesso em: 16 set. 2025.

MAIMONE, Giovana Deliberali; GRACIOSO, Luciana de Souza. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 130-141, 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/amRX>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MANINI, Miriam Paula. **Análise documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tKrr>. Acesso em: 29 out. 2024.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996. Disponível em: <https://encurtador.com.br/NqhA>. Acesso em: 17 set 2025.

NÚCLEO de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico. **Prefeitura de São Paulo**. Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/affg>. Acesso em: 16 set. 2025.

OLIVEIRA, Lícia Mara Alves de. *et al.* Apresentação do DPH. 45 anos do DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo 1975-2020. **Revista do Arquivo Municipal/Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, v.207, p. 1-3 53, 2021.

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991. (Debates, 99).

PAVAN, Ana Paula; MUSSUPAPO, Jamile Salibe Ribeiro de Faria; SILVA, Roberto Pereira da. O Núcleo de Documentação e Pesquisa do DPH. 45 anos do DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo 1975-2020. **Revista do Arquivo Municipal/Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, v.207, p. 1-353, 2021.

PEDROSA, Jaira Silva; HUBNER, Marcos Leandro Freitas; ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira. A análise documentária de imagens fotográficas no jornal Diário da Amazônia: dificuldades e possibilidades. **Repositório - FEBAB**. Vitória, 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3232>. Acesso em: 1 set. 2024.

SÃO PAULO. Decreto nº 58.207, de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Cultura, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, bem como transfere cargos para o Quadro Específico de Cargos de Provimento em Comissão. São Paulo, SP: Diário Oficial, 2018. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/decretos/D58207.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SÃO PAULO. Decreto nº 62.652, de 9 de agosto de 2023. Modifica parcialmente a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Cultura, bem como altera o Decreto nº 58.207, de 24 de abril de 2018, e a distribuição dos cargos em comissão da Secretaria Municipal de Cultura, nos termos do artigo 19 da Lei nº 17.708, de 3 de novembro de 2021. São Paulo, SP: Diário Oficial da Cidade, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tent>. Acesso em: 16 set. 2025.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. **Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural**: metodologia. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1986.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O acervo fotográfico do Departamento do Patrimônio Histórico**: processamento técnico e informatização. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. 80p.

SHATFORD, Sara. Analyzing the subject of a picture: a theoretical approach. **Cataloging and Classification Quarterly**, Pennsylvania, v.5, n.3, p.39–61, 1986. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nSxG>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SMIT, Johanna Wilherlmina. **A representação da imagem**. Informare, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.

SMIT, Johanna Wilherlmina. A análise da imagem: um primeiro plano. *In*: SMIT, J. W. *et al.* **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. p. 135.

SOERGEL, Dagobert. Knowledge Organization Systems: Overview. 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/CRXo>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.